

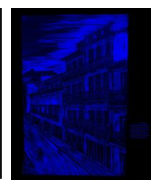


O crime da Rua das Flores

Um médico famoso e amigo do escritor Camilo Castelo Branco foi condenado em 1890, no Porto, por ter envenenado o próprio sobrinho. É o primeiro caso médico-legal português. Mais de um século depois, o especialista em Toxicologia Ricardo Dinis dedicou dez anos a tentar decifrar o enigma: seria mesmo culpado?

TEXTO NELSON MARQUES





MISTÉRIO Gravura que mostra a casa de quatro andares da Rua das Flores (à direita) que foi palco do mais famoso envenenamento do Porto, no final do século XIX; Urbino de Freitas (na pág. à esq.)



A

ntes de se ver envolvido num dos crimes mais célebres do Porto, Vicente Urbino de Freitas, nascido na Rua das Flores, em 1849, no seio de uma família abastada, era visto como um homem respeitável, altivo e algo vaidoso. Aluno brilhante em Coimbra, formara-se médico e notabilizara-se por estudos sobre o tratamento da lepra, havendo quem dissesse que ajudava os mais pobres a pagar os medicamentos, perdoando-lhes por vezes a consulta. O pai, João António de Freitas Júnior, proprietário, entre outros negócios, de um enorme armazém de papel e de uma tipografia, morrera quando ele tinha 9 anos. O irmão mais velho, Freitas Fortuna, homem culto e viajado, tomara então conta dos negócios e assumira o papel paterno, mas ficaria conhecido sobretudo pela sua grande amizade com Camilo Castelo Branco, que Urbino de Freitas consultaria várias vezes, “mais para o consolar do que para o medicar”, numa altura em que o escritor já contemplava o suicídio.

Em 1877, no mesmo ano em que se tornou professor na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, o médico casa-se com uma vizinha, Maria das Dores Basto de Sampaio, filha de um rico comerciante de linhos, António Sampaio, detentor de uma das maiores fortunas do Porto. Dez anos mais nova do que ele, Maria das Dores é a única mulher entre três irmãos. Um deles, Guilherme Sampaio, morre pouco depois de casado, deixando dois filhos, Mário e Maria Augusta. O outro, José Sampaio Júnior, boémio endinheirado, torna-se figura habitual nos morgadios do prazer de Lisboa depois da morte precoce da mulher, acabando por se apaixonar por Miss Karter Lothie, uma inglesa que era caixeira no bazar dos irmãos Barela, no Chiado. No Natal de 1889, Sampaio Júnior vem ao Porto para tentar obter a bênção do pai, mas acaba por morrer a 2 de janeiro de 1890, no Grande Hotel de Paris, vítima de congestão cerebral, numa agonia horrorosa, com “vómitos sanguíneos”, que “se deitaram fora” por indicação do cunhado, Urbino de Freitas, que tinha sido chamado para o auxiliar.

Quase quatro meses depois, a 29 de março de 1890, véspera de Domingo de Ramos, a tragédia volta a bater à porta da família. Nessa altura, António Sampaio e a mulher Maria Carolina têm ao seu cuidado na casa da Rua das Flores três netos, sobrinhos



VÍTIMAS Mário e a irmã Maria Augusta (em cima); a prima Berta (na pág. ao lado, em cima); Maria Carolina e o filho José Sampaio Júnior, que também morreu em circunstâncias suspeitas mas sem que se provasse que tinha sido envenenado (na pág. ao lado, em baixo)

de Urbino de Freitas: Mário e Maria Augusta, filhos de Guilherme Sampaio, e a prima destes, Berta, filha do recentemente falecido José Sampaio Júnior. É em nome dela que chega uma encomenda contendo, segundo se lê na caixa, amêndoas, um presente habitual na Páscoa. Não conhecendo o nome do remetente (Dom Lúcio Artins), a avó determina que ninguém lhe mexa.

Só no dia seguinte, domingo, resolve finalmente abrir a encomenda. Lá dentro encontra três caixas de cartão (tantas quantas as crianças da casa), cada uma com amêndoas brancas e de cor e, ao centro, um bolinho de coco recheado de chocolate. Os doces assentam sobre uma hóstia rendilhada e estão



D.R.

e chama o boticário. Os netos acabam por vomitar tudo e deitam-se à hora do costume, dormindo tranquilamente.

Na terça-feira, 1 de abril, levantam-se sem mostrar do incômodo da véspera. Apesar disso, a matriarca chama o genro e explica-lhe o que se passou. Urbino receita café e água morna. Insiste também na importância de dar às crianças uns clisteres de cidreira antes de se deitarem, para evitar “que lhes sobrevenha alguma inflamação”. É ele mesmo que prepara a infusão e a administra ao sobrinho Mário, tendo a criada Maria Luísa feito o mesmo às meninas. Recomenda depois que conservem o líquido no intestino tanto tempo quanto possível. Berta e Maria Augusta expelem-no mal o tio sai. Só Mário, o mais velho (13 anos), segue à risca a prescrição.

De manhã, o rapaz acorda afetado por tonturas, suores e vômitos. A irmã e a prima queixam-se de dores de cabeça. Urbino aparece às 7h, apanhando de surpresa a sogra, que não o esperava. Volta a sugerir que sejam aplicados clisteres de cidreira aos sobrinhos e despede-se. Uma vez mais, as raparigas expelem-no depressa, mas Mário mantém o seu no intestino e adormece profundamente. Desperta uma ou duas horas depois, aos gritos, contorcendo-se com dores: “Mãã, mãã, eu morro! O clister do tio matou-me e eu não queria morrer! Anda a casa à roda! Não vejo!”

Em desespero, a avó pega nos netos e corre a chamar o genro, “que já estava pronto [para sair], de chapéu na cabeça”. Quando observa as crianças, ele declara sem hesitar: “Foram envenenadas!” É chamado o médico Adelino Leão da Costa, a quem Urbino informa que os sobrinhos foram envenenados “por doces vindos de Lisboa”, omitindo a administração dos clisteres. Mário contorce-se em agonia, em quase completa asfixia. Chegam mais dois clínicos, José Godinho de Faria e Joaquim José Ferreira, “o Janota”. Quando este último entra no quarto, já o rapaz está morto.

URBINO DE FREITAS, O PRINCIPAL SUSPEITO

Convencido de que naquela casa ocorrera um crime de envenenamento por ópio ou algum dos seus derivados, Ferreira escreve um bilhete pedindo a comparência urgente do comissário-geral da polícia, Adriano Acácio de Moraes Carvalho. Urbino aproxima-se da sogra e segreda-lhe ao ouvido: “O comissário é um canalha, um francês. Nunca lhe diga que tratei os miúdos.”

Questionada se desconfia quem será o envenenador, a família fala de um tio de Berta, irmão da mãe, Carlos de Almeida, funcionário do Ministério da Fazenda, em Lisboa. O nome de Miss Lothie também é mencionado, pela vaga semelhança fonética com o remetente Lúcio Artins. Mal percebe que é suspeita, a britânica apresenta-se voluntariamente à polícia. Refere que o criminoso deverá pertencer à família e ser o mesmo que matou o seu amante, Sampaio Júnior, devido à coincidência dos sintomas.

A 4 de abril, os clínicos Júlio Franchini e Adelino Costa procedem à autópsia do cadáver de Mário. No mesmo dia, Moraes Carvalho volta a inquirir Maria Carolina. Desta vez, ela fala-lhe dos clisteres receitados e ministrados pelo genro. Surpreendido, o comissário consulta o médico Joaquim José Ferreira, que acredita que aquele facto ajuda a explicar

Urbino de Freitas foi o primeiro a dizer que os sobrinhos tinham sido envenenados, mas depressa se torna o principal suspeito

a recaída das crianças, pois nunca antes se tinham usado clisteres de cidreira para combater aqueles sintomas. Na cabeça do investigador forma-se a convicção de que Urbino é o principal interessado no crime, por ser uma das pessoas que mais lucrariam com as mortes das crianças: se os sobrinhos morressem, a fortuna do sogro seria toda herdada pela sua mulher.

Interrogado pela polícia, o médico conta que foi a Lisboa de 5 a 6 e de 7 a 8 de março, tendo ficado em casa de um velho amigo, o professor de Letras Adolfo Coelho, a fim de seguir de perto a tradução de um trabalho seu. Revela também que a 27 de março partira para Lisboa no “rápido”, com o mesmo propósito, mas perdera o comboio na estação de Coimbra, “por força de um acidente intestinal”, e regressara ao Porto na madrugada de 28.

Por esta altura, já o crime da Rua das Flores assume o destaque de um acontecimento nacional, quase relegando para segundo plano as ondas de choque do Ultimato britânico de janeiro desse ano. A imprensa dá eco às investigações, apontando Urbino como o principal suspeito. É recuperado o caso de Sampaio Júnior, que morrera meses antes, também depois de consultado pelo cunhado. Este aplicara-lhe uma injeção de água destilada e pilocarpina, que o deixou prostrado na cama, coberto de suores frios e completamente gelado, verificando-se, ao recuperar os sentidos, que tinha perdido a visão. A conselho do médico Godinho de Faria, Urbino chamou então outro clínico, Sousa Loureiro, que diagnosticaria uma congestão cerebral, recomendando que fossem aplicados estimulantes sobre a pele e clisteres purgativos. No dia 31, Sampaio Júnior pareceu melhorar, mas depressa teria de ser algaliado devido à retenção de urina. Durante este cenário, Urbino achou conveniente a aplicação de uma injeção de cafeína, que ele mesmo preparou e que Faria administrou. Eram duas da tarde. Sampaio Júnior morreria quatro horas depois, numa agonia horrorosa.

Com o avolumar das suspeitas de ter existido mão criminosa também na morte do cunhado de Urbino, o corpo deste é exumado e autopsiado a 10

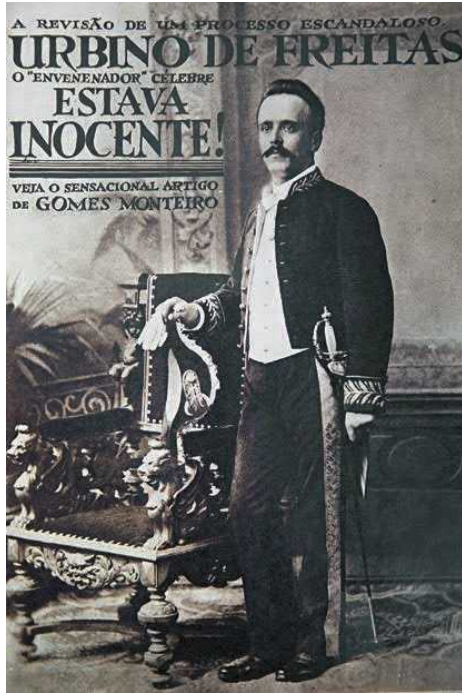
amarrados com “uma fita branca de seda, com laço tão bem feito que se via que tinha sido dado por mão delicada”, descreve Eduardo Guimarães no “Processo Urbino de Freitas” (1893). À noite, perante a insistência das crianças, Maria Carolina acaba por distribuir algumas amêndoas pelos três netos. Na segunda-feira, verificando que nada de anormal acontecera, deixa-os comer os bolos e prova também ela um bocadinho, considerando que tem “um gosto péssimo”. “É amargo”, comenta Maria Augusta, nauseada. Berta confirma-o, dando ao primo Mário o resto do seu bolo.

Momentos depois, vendo as crianças “muito agonizadas”, a avó manda dar-lhes saís de frutos



ID: 78538528

12-01-2019 | Revista E



MEMÓRIAS Capa de um artigo de Gomes Monteiro que proclama a inocência de Urbino de Freitas; postal de Boas Festas de Urbino enviado do Brasil para a família

de abril, no cemitério de Agramonte. Sepultado há três meses e oito dias, encontra-se “em estado de putrefação adiantada”, o que torna impossível observar os indícios apreciáveis de lesões que expliquem as causas da morte. São recolhidos em frascos os restos quase liquefeitos da massa encefálica, estômago, intestinos, pulmões e coração, a fim de serem analisados no Laboratório Químico Municipal do Porto. Quatro peritos são arrolados para proceder às análises toxicológicas dos dois cadáveres e dos alimentos suspeitos: Agostinho António do Souto, lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto; Joaquim Pinto D’Azevedo, médico-cirurgião e preparador de anatomia da mesma escola; Manuel Rodrigues da Silva Pinto, lente daquela escola; e António Joaquim Ferreira da Silva, lente da Academia Politécnica do Porto, diretor do Laboratório Químico Municipal do Porto e fundador da Sociedade Portuguesa de Química.

AS CONTRADIÇÕES INCRIMINATÓRIAS

Em Lisboa, a polícia descobre que o médico esteve no Hotel Central a 5 e 8 de março, o que contrariava o que declarara sobre a estadia em casa de Adolfo Coelho. Este acaba por entregar aos investigadores quatro cartas que Urbino lhe escrevera, pedindo-lhe que fosse cúmplice da sua mentira para proteger uma mulher casada com a qual se envolvera: “Amigo, é inconveniente ir aí pessoalmente e por isso impõe-se-me escrever-te e confiar como devo em ti. Sabes o que ocorreu aqui. Não sabes, porém, que uma levandade que profundamente lamento me fez ir aí, há um mês, aproximadamente, e por duas vezes, com intervalo de dias, por causa duma mulher casada, cujo nome devo respeitar. Viram-me pessoas daqui nas idas e voltas; e caso, pelas inquirições que agora se fazem, me obriguem a declarar o motivo que aí me levou, só tenho, para me salvar, o recurso de apelar para ti, dizendo aqui que fui aí pela necessidade de pessoalmente resolver contígua dúvidas sobre o meu trabalho que aí tens para rever. Confio tanto na tua amizade e na tua crença em que deves considerar-me inocente do horrroso crime cometido que não duvido que aquiesças ao meu pedido.”

Novamente interrogado por Moraes Carvalho a 15 de abril, Urbino assegura que não tratou as crianças, aconselhando a sogra que lhes desse “um vomitório e sal de frutas” e chamasse um médico. Admite depois ter mentido sobre as pernoitas em casa de Adolfo Coelho para preservar a honra de uma mulher casada, mas as explicações não convencem o comissário, que ordena a sua prisão. Menos de duas semanas depois da morte do sobrinho, Urbino de Freitas é conduzido à cela nº 13 da Cadeia da Relação do Porto, sendo depois ouvido, durante três dias, no Tribunal de São João Novo, perante ruidosas manifestações populares a pedir que fosse feita justiça.

Mesmo sem serem conhecidos os resultados dos exames toxicológicos, o Ministério Público acusa-o das mortes de Sampaio Júnior e de Mário e do envenenamento das meninas e da avó. A família oferece uma pensão mensal à mulher de Urbino, Maria das Dores, que esta rejeita, nunca deixando de dar o seu apoio incondicional ao marido. A mulher de Camilo Castelo Branco, Ana Plácido, chegara a propor a Freitas Fortuna refúgio para o seu irmão em Seide,

O processo prolonga-se por mais de três anos, durante os quais surgem boatos que dão o médico como suspeito de outras mortes

de onde este poderia ir para Espanha e aí preparar a sua defesa. O próprio escritor escreve-lhe pouco antes de se suicidar, no início de junho desse ano: “Ao sair deste horrendíssimo mundo, deixo-lhe duas palavras: coragem e esperança. Que a justiça humana receba da justiça divina um raio de luz que chegue ao seu abismo.”

UM MÉDICO OU UM MONSTRO?

O processo prolonga-se por mais de três anos, durante os quais surgem boatos que dão o médico como suspeito de outras mortes, incluindo de uma filha recém-nascida, havendo muitos que o consideram um assassino em série. Os resultados das análises são conhecidos a 7 de outubro de 1890. Não são detetados alcaloides nas vísceras de José Sampaio Júnior, devido ao avançado estado de decomposição. Nas vísceras de Mário, os peritos identificaram dois alcaloides vegetais “energicamente tóxicos”: morfina e delfinina. A quantidade de morfina “é em proporção notável, e bastaria só de *per si* para determinar a morte duma criança”. Nas vísceras e na urina de Mário é ainda detetada narceína, um forte componente psicotrópico do ópio. As análises às amêndoas não revelaram a existência de qualquer substância tóxica. Não se fala dos bolos. Os peritos concluem que a morte terá sido causada por “um envenenamento pela morfina e delfinina”.

A partir desse momento, a estratégia da defesa passa por invalidar o resultado das análises toxicológicas — se não houvesse envenenamento, não havia crime. Recruta então outros especialistas nacionais, da Universidade de Coimbra, iniciando-se uma estrondosa guerra entre as duas partes. Apoiados por reputadíssimos toxicologistas internacionais, contratados por uma verdadeira fortuna, os peritos da defesa contestam o relatório, defendendo não estar demonstrada a presença dos alcaloides. Afirmam ainda que, por ignorância ou por desleixo, os autores do relatório terão confundido produtos da putrefação com resultados positivos às substâncias testadas.

A 10 de junho de 1892, o Supremo Tribunal de Justiça aceita o recurso da defesa em relação ao



envenenamento da avó, netas e criadas, uma vez que os médicos que as examinaram concluíram que elas estavam em “estado regular de saúde”, bem como ao de Sampaio Júnior, por não se ter encontrado “veneno algum nas suas vísceras”. Indefere-o, porém, em relação ao caso de Mário. Urbino seria julgado sob a acusação de ter envenenado o sobrinho.

Uma semana antes do início do julgamento, a 13 de novembro de 1893, Maria das Dores apresenta-se perante o juiz e suplica-lhe que conceda ao marido o direito de ir a casa despedir-se da filha Maria, de 15 anos, que se encontra moribunda, doente de tuberculose. Mesmo tratando-se de uma curta distância, que demoraria cerca de 10 minutos a percorrer a pé, e de se tomarem as medidas de segurança que se julgassem necessárias, o juiz indefere o pedido, tomando em consideração a oposição feroz do delegado do Ministério Público. A adolescente morre três dias depois.

Apesar de enlutado, é “com passo firme e cabeça notavelmente erguida” que Urbino entra nos claustros apinhados de gente do Tribunal de São João Novo, às 9h30 da manhã de segunda-feira, 20 de novembro, para a primeira sessão do seu julgamento. As audiências são presididas por Ernesto Kopke da Fonseca e Gouveia, que muitas vezes se mostrará hostil para com a defesa.

Chamado a depor numa das sessões, Godinho de Faria, um dos médicos que acorreram a casa dos Sampaio, diz estar convencido de que os sintomas observados nas crianças a 2 de abril foram produzidos pela ação do ópio ou de um dos seus alcaloides, a morfina, mas não poderiam explicar-se pela ingestão de uma dessas substâncias a 31 de março, quando se queixaram pela primeira vez: se um indivíduo não sucumbe à ação dos alcaloides, estes são eliminados depressa e os sintomas desaparecem gradualmente. Na sua opinião, existiram dois envenenamentos, e o autor deveria ser a pessoa mais interessada na extinção daquela família.

Um dos momentos mais dramáticos do julgamento é o depoimento de Maria Carolina Sampaio, a avó da vítima. Numa sala onde o silêncio se torna profundo, como se tivesse ficado deserta, a senhora descreve, em “voz clara e modos desembaraçados”, os acontecimentos daquela fatídica manhã. Depois, levanta-se da cadeira e aponta para o genro, os olhos tomados pelo ódio, a voz pela raiva: “Juro aqui, diante de Deus e dos homens, que foi este homem que matou meu filho José e meu neto Mário. Foi este homem, a cuja mulher o meu marido dava 10 libras por mês para alfinetes, a quem eu dei um conto de réis para ir ao estrangeiro, onde foi aprender os venenos para matar a minha família!” A sala entra em convulsão.

Ouvido no dia seguinte, o réu nega novamente ter cometido o crime. Surgem boatos de que tudo não passa de uma maquinação do delegado do Ministério Público, Miguel Pestana da Silva, que teria desejado casar com a mulher do réu, acabando por ser preterido — ele nega-o, afirmando que só conhecera Maria das Dores dois ou três meses depois da detenção do marido dela.

A TESTEMUNHA FATAL

Com o aproximar do fim do julgamento, “a acusação via-se em claras dificuldades, porque as



FAMÍLIA Urbino de Freitas com uma das filhas ao colo, que se presume ser Isabel, segundo o bisneto João M. Vidal (em cima); cinco dos sete filhos do famoso médico: Maria Helena, Emílio, Beatriz, Emília e Isabel





RUI DUARTE SILVA

INVESTIGAÇÃO O especialista em Toxicologia Ricardo Dinis dedicou mais de dez anos de vida à história de Urbino de Freitas e gostava de proceder à reanálise toxicológica dos cabelos da vítima, com técnicas de espectrometria de massa, para tentar desvendar o mistério

contradições de Urbino desgraçavam a reputação do homem, mas dificilmente impediriam a absolvição do réu, para a qual também concorriam o engano de algumas testemunhas e o perjúrio de outras”, escreve José Manuel Martins Ferreira em “Urbino de Freitas: Um Médico ou Um Monstro”, publicado no ano passado. Era também claro que “não fora ele o remetente da encomenda com os doces envenenados, uma vez que estava indubitavelmente no Porto quando ela foi expedida de Lisboa, a 27 de março de 1890”.

O mistério é resolvido com o improvável aparecimento de uma testemunha, fatal para as aspirações da defesa. Chegado do Brasil, Brito e Cunha, guarda-livros do Banco Paris-Rio, afirma ter apanhado um comboio para Lisboa no dia 27 de março de 1890, na companhia da esposa e dos filhos. Na carruagem onde viajava, conheceu um homem “que usava óculos escuros e tinha o chapéu derrubado sobre os olhos e a gola do sobretudo voltada para cima”. Conversaram sobre o Ultimato inglês e depois, entre as estações de Ovar e de Aveiro, este pediu-lhe um favor: como a ele lhe era conveniente ficar em Coimbra, não se importava de enviar de Lisboa uma encomenda postal para o Porto? Tratava-se, dizia, de um galanteio por parte de um amigo, que queria surpreender a noiva, dando-lhe a entender que se encontrava na capital quando era certo que já estava no Porto. Brito e Cunha anuiu. Quando no Brasil soube dos crimes, desconfiou logo que o homem com quem falara, que dizia chamar-se Eduardo Mota, era afinal Urbino de Freitas. Nada tinha dito

antes porque receava ter de vir a Portugal depor e pagar a passagem à sua custa. O aparecimento da testemunha é um choque para o réu, que acreditava cada vez mais na sua absolvição.

Os exames toxicológicos, cujo resultado o tribunal aceita apesar da oposição dos peritos de Coimbra e do estrangeiro, aliados à abundante prova testemunhal, embora circunstancial, e às evidentes contradições em que o réu se deixou enredar, fazem emergir a imagem de um homem frio, calculista e maquiavélico, um monstro que envenenara os próprios sobrinhos para afastar os concorrentes à herança da sua mulher. O coletivo de jurados recolhe à sala de deliberações à 1h45 da madrugada de 1 de dezembro de 1893. Uma hora e meia depois é conhecido o veredicto: por maioria, o réu é considerado culpado e condenado a uma pena de 8 anos de prisão, seguida de degredo por 20, ou, em alternativa, a 28 anos no degredo, 8 dos quais em prisão no mesmo país. À saída da audiência, segundo conta “O Comércio do Porto”, Urbino “lançou-se nos braços da esposa, havendo ali uma dolorosa cena de lágrimas”.

A defesa recorre para a Relação e para o Supremo, mas sem resultados: a pena é agravada para 9 anos de prisão, seguida de degredo por 20 anos, os dois primeiros dos quais passados na prisão. Na manhã de 28 de maio de 1894, Urbino de Freitas torna-se o presidiário nº 544 da Penitenciária de Lisboa. Segundo descreve José Manuel Ferreira, “pelo meio-dia submeteu-se ao exame médico regular. Ficou no 3º pavimento da Ala F do edifício, onde lhe foi

atribuída a cela nº 62, com quatro metros de comprimento e dois de largura, com um pé direito de três metros e uma pequena fresta, com uma vidraça móvel, para permitir a entrada de ar e luz”. A cela tem uma pequena cama de madeira, com uma cobertura azul de raminhos brancos, tendo ao centro as armas portuguesas; uma pequena mesa e um banco; pente e escova para o cabelo; bacia fixa, para a lavagem da cara; uma outra, móvel, metida num pequeno armário. “A decoração era mínima e limitava-se a um crucifixo ladeado por dois quadros, contendo um o regulamento da prisão e o outro um conjunto de máximas e pensamentos, que variavam de cela para cela.”

No primeiro dia, Urbino tenta o suicídio usando a pá de ferro destinada à limpeza da cela, mas sem sucesso, seja porque não se empenhou suficientemente, seja devido à sua condição física frágil. Enquanto esteve preso, a sogra, de 70 anos, viúva desde 1891, contrai matrimónio com um aluno da Academia Politécnica do Porto, de 25, apesar da oposição da família, que quis impedir o casamento, dando-a por demente. Ele aproveitou o tempo para aprender o ofício de encadernador.

A 12 de maio de 1898, associado às comemorações dos 400 anos da descoberta do caminho marítimo para a Índia, Urbino recebe um indulto régio de quinta parte da pena. Vai para o degredo em Angola em 1901, já depois de ter recebido a notícia do falecimento do irmão, que arruinara a sua fortuna na tentativa de o absolver.

O DEGREGO EM ANGOLA E DEPOIS O BRASIL

Três anos após o indulto, Urbino segue para o degredo em Angola, onde, mesmo a partir da prisão, exerce com sucesso a atividade clínica. Em 1902 enfrenta nova tragédia pessoal, desta vez com contornos shakespearianos: o filho Urbino Emílio (Bibi), rapaz bonito, altivo e culto, que fizera o liceu em França e na Bélgica, suicida-se depois de ver recusada a sua intenção de se casar com uma professora das suas irmãs mais novas, Clementina de Moraes Sarmiento, de 18 anos como ele — para o desfecho terá contribuído também o crime que pesava sobre a família.

Expulso do país, Urbino foi para o degredo em Angola e depois para o Brasil, onde continuou a notabilizar-se como médico



Uma semana depois, Clementina foi encontrada sem vida, vestida de preto, deitada na cama, segurando ainda na mão um revólver. Numa carta dirigida às irmãs de Bibi, pede-lhes para ser sepultada no jazigo da família, escrevendo: “Vim cumprir o meu juramento. As nossas vidas pertenciam-se. Vivíamos ambos até que ambos morrêssemos.” No jazigo dos Freitas, sobre o gavetão onde repousa Bibi, destaca-se outro, sem nome nem data. Apenas duas iniciais, as da Julieta desta tragédia: C.S.

Na Semana Santa de 1904, o Rei D. Carlos confere ao médico a comutação da pena restante, sob a condição de não ficar no território português. Cerca de quatro anos e meio depois de ter chegado a Luanda, Urbino deixa Angola com destino à cidade do Mindelo, em Cabo Verde, onde fica 11 dias e trata, segundo o próprio, “cerca de setecentos doentes”, antes de embarcar rumo a Vigo. Daí segue para a Alemanha, que visita com o objetivo de “comprar instrumentos modernos de cultura microbiana”, e de lá vai para o Rio de Janeiro, com nova escala em Vigo, onde revê a família, de que estava afastado há mais de cinco anos.

No Brasil, vê por duas vezes rejeitados pedidos para exercer medicina, depois de se ter negado a realizar o exame de habilitação exigido, contrapondo que o decreto 5156 de 8 de março de 1904 autorizava a prática clínica aos que tivessem sido professores nas universidades ou escolas estrangeiras reconhecidas oficialmente. Por ter ignorado as decisões, o diretor-geral da Saúde Pública, Oswaldo Gonçalves Cruz, manda processá-lo por exercício ilegal da medicina e envia uma circular às farmácias proibindo que aviassem as suas receitas.

Em 1907, vê-se novamente envolvido numa batalha jurídica que desperta notável interesse na opinião pública, quando, após ser detido no seu consultório, é ordenada a sua expulsão do país, justificada com o facto de ter sido condenado em Portugal pelo crime de envenenamento. Interpõe um pedido de *habeas corpus* para o Supremo Tribunal Federal, dizendo-se vítima de uma cruel perseguição. Apresenta-se na audiência “em fraque de alpaca preta, colete branco e calças cinzentas”, sendo recebido à porta “por um grande número de patricios, advogados e curiosos”, como descreve o jornal brasileiro “O Século”. O juiz Pires e Albuquerque defere o seu pedido, anulando a expulsão, argumentando que esta não poderia ser motivada por uma só condenação num tribunal estrangeiro quando a lei declarava serem necessárias pelo menos duas condenações em tribunais brasileiros.

Urbino obtém grande simpatia de praticamente toda a imprensa do país, à exceção do carioca “Correio da Manhã”, o único jornal que se pronuncia pela sua expulsão, acusando a sociedade brasileira de receber “com bondosa tolerância” um homem que Portugal não quis. O médico é descrito como “um arrogante, de cabeça erguida como um herói, [que] começa a afrontar as nossas autoridades e as nossas leis com insolência intolérable”, e “um monstro repelente, um assassino que nenhuma sociedade, que lhe conheça a hediondez dos crimes, pode receber sem a mais legítima repulsa”.

Apesar disso, a opinião dominante no Rio era a de que não era ele o culpado do crime da Rua das Flores, passando o seu consultório a receber uma

Quase 130 anos depois do crime, o assunto continua a ser tabu na família de Urbino, conta o bisneto João M. Vidal

grande clientela. Uma representação de portugueses e brasileiros, convictos da sua inocência, pede ao Rei D. Carlos a revisão do processo, mas sem sucesso. Apesar disso, o médico vive anos de bonança no Brasil, só interrompidos em 1910, ano em que a República é instaurada em Portugal, pela morte da sua filha Maria Helena, de doença súbita, exatamente 75 dias depois de enviuvar do seu marido, o poeta Rodrigo Solano, e pouco mais de um ano depois da morte de ambos os seus filhos, Rui e Vasco.

O REGRESSO AO PORTO

Após a onda libertária da República lhe ter levantado a interdição de regressar ao país, Urbino decide voltar ao Porto em setembro de 1913, quase 20 anos depois, em busca de novos elementos que provassem a sua inocência. Está determinado a “não morrer sem conseguir a revisão do seu processo”. Pouco depois de chegar à cidade no pacote alemão “König Friedrich August”, dá uma longa entrevista ao “Jornal da Tarde”. O trabalho, publicado nas edições de 30 de setembro e 1 de outubro, apresenta “o retrato de um homem dominador, que nunca permitiu aos entrevistadores penetrar no mistério da sua vida”, revela Martins Ferreira.

Porém, adoece gravemente e regressa a Lisboa. Aos 64 anos, 23 dos quais passados longe da família, uma pneumonia infecciosa põe fim à sua atribulada vida, cerca de três semanas depois de ter regressado. Urbino morre na companhia da fiel mulher, que, numa dedicação quase religiosa, nunca quebrou na fé inabalável na sua inocência. É sepultado no cemitério da Lapa, no jazigo da família Freitas, onde já se encontra o seu irmão, Freitas Fortuna, e o fiel amigo deste, Camilo Castelo Branco, que pedira para ali ser sepultado. “Revalido, por esta carta, o que lhe propus com referência ao meu cadáver e ao seu jazigo no cemitério da Lapa. Desejo ser ali sepultado e que nenhuma força por consideração o demova de me conservar as cinzas perpetuamente na sua capela”, escrevera em 15 de julho de 1889, numa das inúmeras cartas trocadas com Freitas Fortuna.

CULPADO OU INOCENTE?

O tempo parece não ter passado pelo prédio no nº 72-76 da Rua das Flores, palco de um dos crimes

mais famosos do Porto. A renovação daquela artéria da cidade, hoje uma das preferidas dos turistas, lavou a cara do edifício, mas respeitou a fachada original. No rés do chão, onde os Sampaio tinham o seu negócio de linhos, existe agora uma loja de roupa, por onde as pessoas passam desconhecendo o que ali aconteceu há mais de um século.

O mistério da Rua das Flores captou a atenção de Ricardo Dinis, professor e investigador de Toxicologia Clínica do Instituto Universitário de Ciências da Saúde (IUCS-CESPU) e da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, depois de concluir o doutoramento em 2007. Queria conhecer melhor a história da sua disciplina e chegou ao caso de Vicente Urbino de Freitas, tido como o detonador da organização médico-legal portuguesa. Apaixonou-se de tal forma pelo caso que dedicou mais de uma década a tentar montar todas as peças do *puzzle*, cruzando informação de dezenas de jornais e livros, lendo as audiências do julgamento, procurando em Portugal, Brasil, Angola e Canadá. “Nenhuma outra investigação me consumiu tanto tempo, nem mesmo o meu doutoramento”, garante.

O resultado desta investigação, publicada recentemente na revista “Forensic Sciences Research”, não responde à questão que anda na sua cabeça há mais de dez anos e na de todos há quase 130: Urbino de Freitas era efetivamente culpado do crime? “É inequívoco que a dúvida persiste, sobretudo do ponto de vista pericial, pois a deteção inequívoca de morfina, narceína e delfinina parece algo muito complexo face aos avanços científicos da época. Os resultados também não são claros quanto à existência ou não de outras substâncias”, considera Dinis. Para ajudar a desfazer o mistério, defende, “seria necessário descobrir onde se encontra sepultado Mário Sampaio e, se ainda existirem restos cadavéricos, nomeadamente cabelos, proceder à reanálise toxicológica, com técnicas de espectrometria de massa”. Talvez assim seja possível trazer alguma luz ao caso.

Entre os descendentes de Urbino de Freitas, o episódio continua “a ser um tabu”, conta o bisneto João M. Vidal. “A minha avó e as minhas tias nunca falavam dele. É uma história trágica, com partes muito traumáticas, digna de um filme.” Há uns anos, o antigo piloto de aviões agora a viver na Bélgica atirou-se aos documentos da família para escrever um livro para os familiares. Durante o processo, houve alturas em que se convencia de que o bisavô era inocente, outras em que tinha por certo que era culpado. Nunca conseguiu desfazer as culpas. Por “puro instinto”, tem dificuldade em entender que um homem “de reconhecida e comprovada inteligência” tivesse sido tão atabalhado no seu plano, “deixando tantas provas contra ele”. Também dúvida que o dinheiro pudesse ter sido o móbil do crime, já que Urbino, “rico de nascença, ganhava imenso dinheiro com os seus trabalhos e a prática da medicina”, e era herdeiro único do seu irmão, um dos homens mais ricos do Norte. Culpado ou inocente?” O encanto de um bom mistério está precisamente na dúvida que se instala. Desfazendo-a, quebra-se o fascínio. Os melhores filmes são, por vezes, aqueles que deixam o final em aberto. ●